

GT 6 – Ideologias, cultura e meios de comunicação

Fundamentos ideológicos e práticos do discurso e da política indigenista do governo Jair Bolsonaro

Kasandra Conceição Castro*
Natacha Souza das Neves Prosdocimo**

Resumo

O artigo analisa aspectos do discurso e das ações da política indigenista do governo Bolsonaro, a fim de identificar seus fundamentos ideológicos e interesses subjacentes. Para isso, esclarece os sentidos com que entende os conceitos de políticas públicas e ideologia. Em seguida, apresenta quadros com resumos do conteúdo dos discursos e destas ações, a fim de responder à seguinte questão: qual o teor do discurso do governo de Jair Bolsonaro sobre as populações indígenas brasileiras, qual a orientação ideológica deste discurso e quais os interesses a ele subjacentes? A metodologia é de estudo qualitativo, com pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostraram que o discurso do presidente na área indigenista tem como filiação ideológica o quadro de referências das teorias da modernidade, progresso e evolução. Também mostraram que as ações estão conectadas ao discurso e que, subjacentes, estão interesses econômicos e políticos práticos. Conclui-se que o discurso do governo é uma violência simbólica, a qual busca viabilizar interesses capitalistas predatórios e contrários aos das populações indígenas.

Palavras-chave: Políticas Indigenista. Ideologia. Evolução. Poder Simbólico.

Introdução

A Política Indigenista Brasileira (PIBR) foi oficialmente inaugurada em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, em 1918, foi transformado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Enquanto ação de governo, a PIBR é uma política pública e sua configuração depende da orientação ideológica e dos interesses subjacentes aos grupos políticos que dirigem o Estado. Este artigo discute a orientação ideológica da política indigenista do governo de Jair Bolsonaro e os interesses práticos aos quais ela está associada.

* Mestranda do Programa de Pesquisa em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Contato: kasandrak1224@gmail.com.

** Mestranda do Programa de Pesquisa em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Contato: natachaprosdocimo@gmail.com.

Para o desenvolvimento deste artigo, duas definições de base são necessárias: o que aqui se entende por políticas públicas e ideologia. Em relação às primeiras, trabalhe-se com as seguintes definições: políticas públicas são a “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (SOUZA, 2005, p. 4), ou, ainda, “o que o governo pretende fazer” e “o que o governo escolhe não fazer” (DIAS, MATOS, 2012, p.13) e, por fim, o “conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado na solução dos problemas nacionais”.

Quanto à ideologia, sem desprezar o debate que se desenvolveu ao longo do século XX fora do campo marxista, toma-se este conceito no sentido marxista enquanto discurso que inverte e oculta os sentidos da história: inverte, porque atribui motivações idealistas a ações cujas motivações são materialistas; oculta, porque não permite compreender os verdadeiros interesses das ações orientadas pelo discurso a não ser quando conflitadas com os interesses práticos satisfeitos pelas ações (ADORNO, HORKHEIMER, 2014; MÉSZAROS, 1996).

Neste sentido, pode-se dizer que, em termos ideológicos, a PIBR experimentou dois momentos bem distintos desde o seu nascimento no início do século XX. Com base em autores como Luciano (2006), Oliveira e Freire (2006), Aires (2009), Costa e Costa (2018), entre outros, pode-se dizer que o primeiro momento se estende de 1910 a 1970 e está conectado com o discurso da modernidade, evolução e progresso; o segundo, imbricado com o discurso do desenvolvimento sustentável e da pedagogia crítica freiriana, estende-se da década de 1980 a 1918.

De 2019 a 2020, observa-se uma reorientação desta política pública por meio da mudança das ações, dos princípios e dos discursos do governo brasileiro nesta área. Este período compõem os dois primeiros anos do mandato do presidente Jair Bolsonaro, considerado um político de orientações ideológicas conservadoras.

Com base neste novo cenário, este artigo se propõe responder ao seguinte questionamento: qual o teor do discurso do governo de Jair Bolsonaro sobre as populações indígenas brasileiras, qual a orientação ideológica deste discurso e quais os interesses a ele subjacentes?

O artigo é de caráter qualitativo e tem como principais fontes de informação matérias jornalísticas, documentos oficiais, notícias de fontes especializadas na questão indígena, livros e artigos científicos.

A POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO BOLSONARO

Os discursos e práticas do presidente Jair Bolsonaro na área indígena tem causado espanto e indignação em parte da comunidade científica e política nacional e internacional, que o acusa de preconceito e racismo. Qual o conteúdo destes discursos, qual sua filiação ideológica e quais os interesses subjacentes aos discursos e práticas. Os quadros 1 e 2 resumem os conteúdos dos discursos e das ações do governo Bolsonaro para a área indígena.

O DISCURSO DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA

O Quadro 1 mostra que o conteúdo do discurso do presidente Jair Bolsonaro é orientado por uma inclinação ideológica modernizadora, baseada numa interpretação evolucionista da história, da sociedade e da própria condição humana.

Seu discurso deixa transparecer a percepção de que o indígena está numa condição humana e num estágio de desenvolvimento ancestral e inferior ao da população não-indígena. Por isso, considera-os política e ideologicamente incapazes – “massa de manobra” -, e até seu cheiro é pior que o do não-indígena.

Quadro 1. Resumo de matérias sobre o discurso do presidente do Brasil Jair Bolsonaro sobre povos indígenas de 2019 a 2020.			
TÍTULO	FONTE	RESUMO	DATA
O que Jair Bolsonaro, presidente eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil	SURVIVAL/BRASIL	- Realiza um resumo dos principais comentários, considerados preconceituosos e racistas, do presidente Jair Bolsonaro sobre os povos indígenas ao longo de sua vida pública.	Sem Data
“Cada vez mais, o índio é um ser humano como nós”, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais	G1	- Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro em uma rede social, no qual fala da criação do Conselho da Amazônia e da política indigenista do seu governo. Neste discurso, o presidente chama os indígenas de massa de manobra, fedorentos e diz que estão cada vez mais humanos.	24.01.2020
Cada vez mais humano’, ‘fedorentos’ e ‘massa e manobra’: as declarações de Bolsonaro sobre índios	Jornal de Brasília	- Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro em uma rede social, no qual fala da criação do Conselho da Amazônia e da política indigenista do seu governo, no qual chama os indígenas de massa de manobra, fedorentos e diz que estão cada vez mais humanos.	24.01.2020
Nota do Cimi: Bolsonaro criminaliza povos indígenas em	CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI)	- Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 2020 em que o chefe de Estado	22.09.2020

discurso irreal e delirante na ONU		culpou os indígenas pelas queimadas e desmatamento da floresta amazônica.	
Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da Covid	GIMENES (2020) Brasil de Fato	- Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de 2020.	22.09.2020
Bolsonaro fala em “Índio evoluído”; APIB e antropólogos repudiam declaração	VALENTE (2020) UOL	- Trata do discurso do presidente Jair Bolsonaro em uma rede social, no qual chama os indígenas de massa de manobra, fedorentos e diz que estão cada vez mais humanos, e da reação de especialistas em questões indígenas a este discurso.	28.09.2020

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2020.

Para compreender o fundo ideológico do discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre a questão indígena brasileira é preciso refazer o quadro de referências que o inspira, que são as teorias da modernidade, progresso e evolução.

Num tipo ideal, a modernidade pode ser entendida como um projeto civilizatório gestado pelo Renascimento e pelo Iluminismo europeu. Com base na literatura especializada (ROUANET, 1987; GIDDENS, 1991; DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005), este projeto pode ser sintetizado como a organização econômica baseada na economia de mercado, a ordem social estruturada sobre as classes de capitalistas e trabalhadores, o arranjo político baseada no Estado burocrático, racional e legal, e, a cultura racional, assentada na Filosofia, Arte e Ciência.

Este quadro de referências e percepções dos povos europeus sobre sua cultura, sociedade, economia e política foi acompanhado, a partir do século XIX, de um quadro de referência para a interpretação e análise da história baseado nas teorias da evolução e do progresso que resultaram naquilo que se denomina de eurocentrismo, isto é, a crença de que a civilização europeia é mais desenvolvida e superior às demais existentes no mundo (DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005).

Quijano (2005), sustenta que estas teorias desenvolveram a percepção de que, quanto mais o modo de vida de um povo fosse estranho ou diferente ao modelo europeu mais próximo da natureza, mais primitivo e, assim, menos culto, civilizado seria este povo. Na avaliação deste autor, estas teorias consolidaram o racismo como fundamento ideológico do poder, da dominação e da hegemonia das potências coloniais, uma vez que o corolário do sentimento de superioridade do europeu foi a introjeção, nos povos por eles colonizados, do sentimento de inferioridade.

No Brasil, a associação ideológica das elites dirigentes e intelectuais com as concepções de progresso e evolução se fez através das teorias raciais desenvolvidas por intelectuais como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, João Batista de Lacerda, Oliveira Viana, Fernando de Azevedo, entre outros (BECHELLI, 2009; SKIDMORE, 2012).

Estes, sustentavam que o ritmo lento de desenvolvimento tecnológico, econômico e social no Brasil tinha como causa a miscigenação resultante do cruzamento entre a raça europeia -superior- e as raças africana e indígena -inferiores. Esta miscigenação seria responsável pela degeneração moral, física e intelectual das pessoas, características herdadas de negros e índios.

Foi este quadro de referências ideológicas que fundamentou a criação da PIBR em 1910. O tipo ideal da civilização europeia era o horizonte a ser perseguido. Como reconhece o Governo Federal, no site da Fundação Nacional do Índio:

Esta decisão governamental foi tomada num momento histórico em que predominavam, ainda, as ideias evolucionistas sobre a humanidade e o seu desenvolvimento através de estágios. Esta ideologia de caráter etnocêntrico influenciou a visão governamental, sendo que a Constituição vigente naquela época estabelecia a figura jurídica da tutela e considerava os índios como "relativamente incapazes" (BRASIL, 2020).

Neste contexto ideológico, o indígena era visto como indolente, improdutivo, incapaz, inferior e incivilizado. Assim, a política indigenista deveria tornar o indígena produtivo, civilizado, capaz e integrá-lo à sociedade nacional (LUCIANO, 2006; OLIVEIRA, FREIRE, 2006; OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2012).

A partir da década de 1930, em alguns ciclos da elite brasileira também ganhou força o discurso da democracia racial brasileira e de inclinação nacionalista. Contudo, tanto um quanto o outro guardavam semelhanças nas percepções de fundo que recaiam sobre os indígenas e o que objetivavam alcançar era o padrão civilizatório das sociedades capitalistas modernas. Assim, não se alterou a lógica anterior. Subjacente ao discurso, havia interesses econômicos práticos, que consistiam em ampliar o mercado de trabalho, consumidor, mercantilizar a terra e as riquezas naturais dos territórios indígenas, a fim de estimular a expansão da economia capitalista no país (GARFIELD, 2011; OLIVEIRA, 2017).

O discurso indigenista do presidente Jair Bolsonaro reflete, claramente, a associação ideológica com as teorias da modernização, progresso e evolução. Neste

sentido, representa um retorno a um quadro de referências e orientações simbólicas semelhantes ao do início do século XX.

Assim como, no início do século XX, concebia-se o índio como incapaz, improdutivo, civilizada e humanamente inferior, que precisava ser integrado à sociedade nacional e moralizado, também aqui se observa este padrão de referências. Neste sentido, este discurso é uma violência simbólica, entendida por Bourdieu (2003, p.7-8) como uma:

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento

Mas, como ensina o sociólogo, a violência simbólica é uma abre-alas para promover e legitimar outros tipos de violência, como a física -pela agressão-, e a social -pela negação de direitos-, uma vez que ela consiste em destruir ou negar importância social, humanidade e dignidade de outros sujeitos ou grupos sociais. Deste modo, que tipos de práticas estão conectadas a este discurso? Por sua vez, quais interesses estão objetivamente associados a estas?

AS AÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO PARA A ÁREA INDÍGENA

O conteúdo das ações do governo Bolsonaro para a área indígena é apresentado no Quadro 2. Nele, pode-se perceber a conexão entre o discurso modernizador, evolucionista e do progresso com práticas que são legitimadas através deste discurso.

Observa-se que o conteúdo destas ações envolve alterações dos poderes dos órgãos públicos encarregados de promover a política indigenista, reorientação dos objetivos desta política, assim como indicação de pessoas que, por motivos diversos, estão em descompasso com os interesses indígenas para o comando destes órgãos e seus departamentos.

É o caso do esvaziamento do poder da FUNAI de demarcar terras indígenas. É, também, o caso da indicação de um policial com histórico de desentendimentos e embates com as populações indígenas para o comando da FUNAI. É, ainda, o caso da indicação de um pastor com histórico de tentativa ilegal de evangelização de povos indígenas. É o caso do afrouxamento das regras para a certificação de fazendas em terras indígenas não

homologadas. É, por fim, o caso do veto a artigos importantes da Lei 14.021/2020, voltada para proteger as populações indígenas da ameaça da pandemia de Covid-19.

Quadro 2. Resumo de matérias sobre a política indigenista do governo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro de 2019 a 2020.

TÍTULO	FONTE	FATO	DATA
Bolsonaro retira da FUNAI a demarcação de terras indígenas	VALENTE (2019) Folha de São Paulo	- Trata da transferência da responsabilidade por transferir a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, comandado por uma líder ruralista.	01.01.2019
Bolsonaro Enfraquece FUNAI e joga sombra sobre futuro ambiental do país	ALESSI, G. (2019) El País – Brasil	- Trata da transferência da responsabilidade por transferir a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, comandado por uma líder ruralista.	03.01.2019
Os 5 principais pontos de conflito entre Bolsonaro e povos indígenas	FELLET (2020) BBC News/Brasil	- Trata da relação conflituosa entre o governo Bolsonaro e os povos indígenas.	29.01.2020
Bolsonaro se lixa para os índios	MARQUES (2020)	- Trata da política indigenista e dos posicionamentos do presidente Jair Bolsonaro sobre os povos indígenas, que o autor salienta serem racistas, cruéis e preconceituosos.	14.02.2020
Governo adota “postura colonial” nas políticas para indígenas, dizem ex-presidentes da FUNAI	MAGALHÃES (2020) Repórter Brasil	- Trata da nomeação de um pastor evangélico para coordenar departamento de povos indígenas isolados e da liberação de atividades econômicas mercantis em áreas indígenas demarcadas.	14.02.2020
Sob Bolsonaro, FUNAI promove evangelização	CARVALHO (2020) Outras Mídias	- Trata da nomeação de um pastor evangélico para coordenar departamento de povos indígenas isolados e da ameaça de evangelização destes povos.	06.03.2020
Com Bolsonaro, fazendas foram certificadas de maneira irregular em terras indígenas na Amazônia	FONSECA, OLIVEIRA (2020) Agência Pública	- Trata do aumento da certificação de fazendas em terras indígenas não homologadas durante o governo Bolsonaro, principalmente após a Instrução Normativa da FUNAI nº 9, de 16 de abril de 2020, que autorizou a certificação destas fazendas.	19.05.2020
Bolsonaro sanciona com vetos lei para proteger indígenas durante pandemia	SENADO FEDERAL (2020)	- Trata dos vetos do presidente Jair Bolsonaro na Lei 14.021/2020, que estipulava medidas de proteção à saúde de comunidades tradicionais e indígenas durante da pandemia do Covid-19.	08.07.2020
Por que Bolsonaro está sendo acusado de colocar indígenas em risco em meio à pandemia de Covid-19	SCHREIBE (2020) BBC/Brasil	- Trata das acusações por parte de lideranças indígenas direcionadas ao presidente Jair Bolsonaro que estaria atentando voluntariamente e de modo criminoso contra a saúde dos povos indígenas por não tomar as medidas necessários para protegê-los da pandemia de Covid-19 e devido aos vetos presidenciais à Lei 14.021/2020.	11.07.2020
Governo Bolsonaro coloca delegado contrário a grupos de índios na presidência da FUNAI	SASSINE (2019) O Globo	- Trata da nomeação de um delegado da Polícia Federal ligado aos interesses ruralistas, favorável à exploração mineral em terras indígenas e com histórico de atuação contra indígenas para comandar a FUNAI.	19.07.2019
ONU contesta vetos de Bolsonaro em lei para proteger indígenas da Covid-19	CHADE (2020)	- Trata da reprovação da Organização das Nações Unidas aos vetos do presidente Jair Bolsonaro à Lei 14.021/2020.	17.08.2020

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2020.

As ações expostas no Quadro 2 refletem as percepções e os princípios que orientam o presidente Jair Bolsonaro em relação aos povos indígenas. Refletem, mas não se resumem a simples preconceito, racismo e desprezo contra as populações indígenas. Há, subjacente a estas práticas, uma longa tradição ideológica inscrita no nascimento das sociedades modernas que o Brasil integra de modo periférico. E há, também, interesses práticos que o próprio quadro permite visualizar.

Como se observa, as práticas estão conectadas a interesses práticos que se ocultam sob o discurso civilizatório, evolucionista, integracionista: interesses catequéticos de organizações religiosas, os quais ocultam interesses econômicos mais profundos; interesses econômicos de ruralistas, isto é, grandes latifundiários, madeireiros e empresários do setor agrícola e pecuário, ávidos pelas terras e matas das reservas indígenas; interesses mineradores, de garimpeiros sim, mas, também, de grandes empresários que financiam e comandam garimpos ilegais na Amazônia, assim como de grandes empresas mineradoras e petrolíferas que cobiçam as riquezas minerais do subsolo destas terras; por fim, interesses políticos do próprio presidente e seu grupo de poder. Marques (2020) capta este conjunto de interesses em seu artigo na revista ISTOÉ sobre a política indigenista do governo em questão:

No fundo de assertivas tão deploráveis, Jair Bolsonaro quer distribuir benesses a quem interessa, os mineradores dentre eles, caçando propriedades inalienáveis e constitucionais desses povos. E nos últimos dias partiu para a ação concreta, doa a quem doer. Assinou e alardeou aos quatro cantos projeto liberando a exploração do garimpo em áreas indígenas. Foi além: planeja, como meta seguinte, regulamentar a geração de energia elétrica e até a exploração de petróleo e gás nesses terrenos [...]. Na verdade, estão se lixando para o que aconteça com eles (*indígenas*). O que importa são as terras que ocupam e que precisam ser “colonizadas” para o lucro de gente que dá e financia voto.

É, portanto, este conjunto de interesses predatórios ao meio ambiente e ao modo de vida das populações indígenas que busca se ocultar e se legitimar sob o discurso evolucionista do governo atual. Interesses colonizadores que, como em tempos pretéritos, só podem se realizar sob o custo da depredação ambiental dos territórios indígenas e da destruição ou fragilização do modo de vida, da cultura e diversidade destes povos.

CONSIDERAÇÕES

O discurso e as ações da política indigenista do governo Bolsonaro refletem não somente preconceitos e racismo, mas um quadro de orientações ideológicas que tem

como base as ideias de modernidade, progresso e evolução. Este quadro de referências foi utilizado para legitimar a expansão da economia capitalista sobre povos tradicionais na África e Ásia durante o século XIX e, no Brasil, serviu ao mesmo propósito na expansão da economia de mercado sobre os territórios indígenas no início do século XX.

Atualmente, o conjunto de interesses ocultos sob este discurso não deixa dúvidas: trata-se, mais uma vez, dos interesses do grande capital que, com o objetivo de se apropriar e mercantilizar as riquezas naturais -terra, minério e flora- dos territórios indígenas, precisa alimentar, promover e sustentar um discurso preconceituoso, racista, de desprezo, inferiorização e desumanização do indígena.

Deste modo, sob o aparente retrocesso ideológico para um ambiente semelhante ao do início do século XX, há processos e interesses muito atuais que se utilizam de subterfúgios ideológicos ancestrais para se impor sobre os interesses indígenas.

Em outros termos, é preciso entender este discurso não como um simples retrocesso, mas como uma violência simbólica organizada, a qual cumpre adequadamente a função de viabilizar a violentação física e social das populações indígenas, necessária, por sua vez, para viabilizar a violência econômica, metamorfoseada no avanço de interesses estas populações, seu patrimônio natural, seus territórios e na transformação de sua força de trabalho em mão-de-obra barata.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Edição digital, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AIRES, M. M. P. **Escolas indígenas e políticas interculturais no Nordeste brasileiro**. Fortaleza. EdUECE, 2009.
- ALESSI, G. **Bolsonaro enfraquece FUNAI e joga sombra sobre futuro ambiental do país**. El País/Brasil: 03.01.2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546015511_662269.html. Acesso em 15.12.2020.
- BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na interpretação do Brasil: tensões no paradigma racial** (Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Viana). Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, USP, 2009.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL (Governo Federal). **Política indigenista**. Funai: 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista?limitstart=0#>. Acesso em: 20/03/2020.

CARVALHO, Igor. Sob Bolsonaro, FUNAI promove evangelização. Outras Mídias: 06.03.2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/sob-bolsonaro-funai-promove-evangelizacao/>. Acesso em: 15.12.2020.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). **Nota do Cimi: Bolsonaro criminaliza povos indígenas em discurso irreal e delirante na ONU**. CIMI: 22.09.2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/nota-do-cimi-bolsonaro-criminaliza-povos-indigenas-discurso-irreal-delirante-onu/>. Acesso em: 15.12.2020.

CHADE, Jamil. ONU contesta vetos de Bolsonaro em lei para proteger indígenas da Covid-19. Universo On Line (UOL): 17.08.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/17/onu-contesta-vetos-de-bolsonaro-em-lei-para-proteger-indigenas-da-covid-19.htm>. Acesso em: 15.12.2020.

COSTA, G. L. P.; COSTA, A. M. M. Movimento indígena no Brasil: militância, educação e o caminho para a preservação cultural. **Anais V CONEDU**, Olinda-Pe, 17 a 20 de out./ 2018.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda, 2012. **Políticas públicas: princípios, propósitos, processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DUSSEL, Henrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. **CLACSO**, Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em: 20/06/2020.

FELLET, João. Os 5 principais pontos de conflito entre Bolsonaro e povos indígenas. BBC News/Brasil: 29.01.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51229884>. Acesso em: 15.12.2020.

FONSECA, Bruno; OLIVEIRA, Rafael. **Com Bolsonaro, fazendas foram certificadas de maneira irregular em terras indígenas na Amazônia**. Agência Pública: 19.05.2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/com-bolsonaro-fazendas-foram-certificadas-de-maneira-irregular-em-terras-indigenas-na-amazonia/>. Acesso em: 15.12.2010.

G1. **“Cada vez mais, o índio é um ser humano como nós”, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais**. G1: 24.01.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em 15.12.2020.

GARFIELD, Seth. A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988). Tradução: Cláudia Sant’Ana Martins - São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIMENES, Erick. **Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da Covid**. Brasil de Fato: 22.09.2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>. Acesso em: 15.12.2020.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Cada vez mais humano’, ‘fedorentos’ e ‘massa e manobra’: as declarações de Bolsonaro sobre índios**. Jornal de Brasília: 24.01.2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/cada-vez-mais-humano-fedorentos-e-massa-de-manobra-as-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-indios/>. Acesso em: 15.12.2020.

LUCIANO, G. dos S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, LACED/Museu Nacional, 2006.

MAGALHÃES, Ana. **Governo adota “postura colonial” nas políticas para indígenas, dizem ex-presidentes da FUNAI**. Repórter Brasil: 14.02.2020. Disponível em:

- <https://reporterbrasil.org.br/2020/02/governo-adota-postura-colonial-nas-politicas-para-indigenas-dizem-ex-presidentes-da-funai/>. Acesso em: 15.12.2020.
- MARQUES, Carlos José. Bolsonaro se lixa para os índios. Isto é: 14.02.2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-se-lixo-para-os-indios/>. Acesso em: 15.12.2020.
- MÉSZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.
- OLIVEIRA, L. A. de; NASCIMENTO, R. G. do. Roteiro para *uma* história da educação escolar indígena: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 765-781, jul.-set. 2012.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano - Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Buenos Aires, 2005.
- ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SASSINE, Vinícius. **Governo Bolsonaro coloca delegado contrário a grupos de índios na presidência da FUNAI**. O Globo, 19.07.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-bolsonaro-coloca-delegado-contrario-grupos-de-indios-na-presidencia-da-funai-23819198>. Acesso em: 15/12/2020.
- SCHREIBE, Mariana. Por que Bolsonaro está sendo acusado de colocar indígenas em risco em meio à pandemia de Covid-19. BBC/Brasil: 11.07.2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53375095>. Acesso em: 15.12.2020.
- SENADO FEDERAL. **Bolsonaro sanciona com vetos lei para proteger indígenas durante pandemia**. Agência Senado: 08.07.2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-para-proteger-indigenas-durante-pandemia>. Acesso em: 15.12.2020.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- SOUZA, Celina. *Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas*. Salvador: digitado, 2005.
- SURVIVAL/BRASIL. O que Jair Bolsonaro, presidente eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil. Sem Data. Disponível em: <https://survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>. Acesso em: 15.12.2020.
- VALENTE, Rubens. **Bolsonaro retira da FUNAI a demarcação de terras indígenas**. Folha de São Paulo: 01.01.2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/bolsonaro-retira-da-funai-a-demarcacao-de-terras-indigenas.shtml>. Acesso em: 15.12.2020.
- _____. Bolsonaro fala em “Índio evoluído”; APIB e antropólogos repudiam declaração. Universo On Line (UOL): 28.09.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/28/bolsonaro-indigenas-live-declaracao-terra.htm>. Acesso em: 15.12.2020.